

No contexto do debate e construção da Agenda de Política Externa e Cooperação Portuguesa, a P&D Factor propõe no que concerne às negociações da agenda global pós 2015, que responsáveis portugueses, políticos e técnicos, tenham em consideração o que a seguir se apresenta.

AGENDA PÓS 2015:

A agenda pós 2015 é decisiva do ponto de vista do caminho para a consecução dos Direitos Humanos. Não se trata de uma agenda de balanço, porque essa está feita em inúmeros relatórios e nas estatísticas produzidas pelas mais diversificadas entidades nacionais e internacionais, mas sim de uma **agenda de acção que dê a cada uma e a todas as pessoas, independentemente do país, da idade, do sexo, do lugar que ocupa na família ou de factores socioculturais, pleno acesso aos seus direitos fundamentais em condições de igualdade.**

As dinâmicas populacionais e o desenvolvimento sustentável não podem ser arredados da discussão e concepção desta agenda de boa governação e do compromisso mundial com o presente e o futuro da humanidade; mais do que desafios, **representam** um conjunto de oportunidades que têm efeitos decisivos na vida das pessoas, famílias, comunidades e, também, na economia dos países.

As populações continuarão a crescer em quase todos os países do mundo nas próximas décadas. Os países em desenvolvimento, com economias de transição e/ou menos sustentáveis (onde a prevenção em matéria de saúde, desigualdades e exclusão é quase inexistente) continuam a assistir a um rápido aumento das suas populações jovens, com efeitos nefastos nos sistemas de saúde e de protecção social (os países com maiores taxas de fertilidade são também aqueles onde se registam maiores índices de mortalidade e morbilidade materno-infantil). Outros países testemunham o envelhecimento da população, o seu declínio com impacto significativo na estrutura sociodemográfica. Estes **cenários de contrastantes demográficas constituem desafios de desenvolvimento e exigem respostas políticas globais para garantir o desenvolvimento sustentável da economia das famílias, das comunidades e dos países.**

A gestão dos recursos disponíveis (sempre escassos) **deve ser assumida numa perspectiva de investimento e não de gastos, no médio e longo prazo.** Há **dimensões estruturantes** que, numa perspectiva de coerência política e em linha com os compromissos nacionais e internacionais, **não podem deixar de ser explícitas e directamente abordadas em prol de sociedades inclusivas, económica e politicamente responsáveis e solidárias,** sempre em conformidade com os Direitos Humanos. Assim, consideramos como **dimensões estruturantes e de coerência política** para assegurar a sustentabilidade ambiental, a paz, a segurança, a justiça e a redução da pobreza: **a Saúde, a Igualdade de Género e a Educação.**

O pano de fundo da Agenda pós-2015 é uma população global crescente e em mudança, não sustentável do ponto de vista económico e ambiental. A fim de assegurar a alteração deste cenário, é essencial para o sucesso da agenda de desenvolvimento global reconhecer como factores decisivos que mulheres, adolescentes e jovens, povos indígenas,

migrantes e pessoas com deficiência se destacam entre os grupos em situações de maior vulnerabilidade e risco. Assim, **a abordagem e realização dos seus direitos (em matéria de saúde, igualdade, género e educação) não pode ser esquecida** quando são estabelecidas as prioridades das intervenções em matéria de população. **Também aí se faz a diferença sustentável no mundo em desenvolvimento.**

Alguns factos:

- Todos os dias, **800 mulheres morrem de causas relacionadas com a gravidez e o parto; 99%** dessas mortes ocorrem **em países em desenvolvimento**. Para as **adolescentes e mulheres, em muitos países, esta é a principal causa de morte.**
- Mais de 200 milhões de mulheres em países em desenvolvimento querem planejar a gravidez e a sua família, mas não têm acesso a métodos contraceptivos eficazes - o que resulta em 80 milhões de gravidezes não desejadas, 30 milhões de nascimentos não planeados e 40 milhões de abortos, dos quais metade são inseguros. **No mundo, 1 em cada 5 raparigas dão à luz antes de completarem 18 anos.**
- **34 milhões de pessoas vivem com o VIH, sendo a população jovem especialmente afectada** - 40% de todas as novas infecções pelo VIH-, **3 milhões de pessoas com mais de 50 anos estão infectadas na África subsaariana e 16 milhões de crianças ficaram órfãs devido à SIDA.**
- **499 milhões de novos casos de infecções sexualmente transmissíveis** ocorrem anualmente, **com consequências ao nível da saúde materna e neonatal**, aumentando, três a quatro vezes, os riscos de infecção pelo VIH.
- **67 milhões de raparigas com idade inferior a 18 anos são forçadas a casar-se**, não tendo acesso ou poder de decisão no que concerne ao planeamento familiar, nem ao sistema de educação formal. No mundo em desenvolvimento, **um terço das mulheres na faixa etária entre os 20 e 24 casaram-se com menos de 18 anos.**
- Somente **28% da população mundial beneficia de um sistema alargado de protecção social**, o que reflecte um elevado grau de informalidade (redes de caridade interpessoal, por exemplo).
- Pelo menos **um quinto da humanidade vive em países afectados por violência, conflitos políticos, insegurança generalizada, e fragilidade social**, o que constitui um **obstáculo significativo ao desenvolvimento**, que por sua vez terá implicações duradouras no bem-estar social.

Importa, assim:

- Defender o **acesso universal e igualitário à saúde**, incluindo explicitamente a **saúde sexual e reprodutiva** e os **direitos humanos associados**, nomeadamente o **planeamento**

familiar e a saúde materna, em particular para as mulheres, raparigas e jovens, de forma a proteger as populações vulneráveis que vivem em situações de conflito e de emergência;

- Colocar as pessoas jovens na vanguarda do desenvolvimento, reconhecendo a necessidade de adoptar perspectivas de direitos humanos e de igualdade de género com base em políticas e investimentos que respondam às necessidades de jovens e adolescentes, incluindo as necessidades de educação e saúde sexual e reprodutiva, bem como de criar oportunidades para que as pessoas jovens percebam e desenvolvam todo o seu potencial de participação e acção para um mundo melhor, mais justo e solidário;

- Integrar a igualdade de género como elemento chave do desenvolvimento baseado nos direitos humanos, com o objectivo de eliminar as causas da desigualdade de género e discriminação, particularmente as barreiras culturais, sociais e económicas que impedem que mulheres, homens e jovens tenham acesso a serviços e cuidados de educação e de saúde sexual e reprodutiva;

- Reconhecer a relevância e o impacto da Saúde, da Igualdade de Género e da Educação nas dinâmicas populacionais, com vista à consecução de um desenvolvimento sustentável e responsável;

- Assegurar oportunidades educacionais para raparigas já casadas, grávidas ou que já engravidaram, prevenindo, investigando e processando todos os actos de violência contra mulheres e raparigas, incluindo os que sejam perpetrados por pessoas em posições de autoridade nas respectivas comunidades;

- Reforçar e fortalecer tanto a legislação como o sistema judicial, sempre que necessário, para que se puna apropriadamente a violência (incluindo a letal) contra mulheres e raparigas, integrando igualmente mecanismos e políticas específicas para prevenir, investigar e erradicar todo o tipo de violência e discriminação de género, incluindo práticas tradicionais nefastas tais como a mutilação genital feminina e o casamento forçado;

- Assegurar às mulheres e raparigas um pleno acesso à justiça e à assistência jurídica eficaz, para que possam tomar decisões informadas no que respeita, nomeadamente, ao direito penal, direito civil e ao direito de família; sendo igualmente fundamental assegurar que têm acesso a compensações apropriadas pelos danos que lhes sejam causados.

Assim, propõe-se que o processo de construção da Agenda pós-2015 consista:

- Numa abordagem orientada para o desenvolvimento baseada em direitos humanos,
- Numa abordagem horizontal e holística para o desenvolvimento,
- Numa abordagem da erradicação da pobreza partindo das desigualdades,
- Num esforço participativo e inclusivo dos vários agentes, incluindo a sociedade civil,
- Num quadro global com responsabilidades partilhadas.

Propõe-se ainda que o processo reconheça que:

- Os problemas de saúde sexual e reprodutiva são uma "pegada" enorme nas vidas e orçamentos das famílias, das sociedades e das economias públicas, sendo, contudo comprovadamente evitáveis por meio de soluções de baixo custo financeiro e largo espectro económico. Poupa-se nos gastos a longo prazo salvaguardando simultaneamente o cumprimento cabal dos Direitos Humanos.
- A Saúde, incluindo a sexual e reprodutiva, a Igualdade de género, incluindo o fim da violência e discriminação, e a Educação, incluindo a manutenção das raparigas no sistema de ensino formal, geram retornos elevados no domínio da erradicação da pobreza, bem como no desenvolvimento social e económico, que se quer sustentável.
- Uma concepção de direitos Humanos particularmente atenta à Educação, à Igualdade de Género e à Saúde, tem um impacto positivo na melhoria das condições e resultados nas áreas da Justiça e Segurança Humana.
- A promoção do desenvolvimento holístico e horizontal, alicerçada numa abordagem com enfoque na garantia plena dos direitos fundamentais, conduz a uma progressiva erradicação da pobreza como um factor estrutural gerador de insegurança generalizada, instabilidade social e injustiça endémicas. Esta erradicação conduz necessariamente a uma maior segurança tanto para o estado como para as populações, garantindo assim sociedades mais cooperantes, prósperas, produtivas e solidárias.

Lisboa, 2 de Abril de 2013